



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

**I - INFORMAÇÕES GERAIS**

<b>1. Número do Processo Administrativo:</b>	_____/2025																										
<b>2. Setor Requisitante:</b>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 5%; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>1 - SECRETARIA DE GOVERNO</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>2 - ASSESSORIA JURIDICA</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>6 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>7 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td><td>8 - SECRETARIA DE FAZENDA</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>9 - SECRETARIA DE SAÚDE</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>12 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV. E DES. URBANO</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>13 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>14 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>15 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA</td></tr><tr><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td><td>16 - SECRETARIA DE POLÍTICA HABITACIONAL</td></tr></table>	<input type="checkbox"/>	1 - SECRETARIA DE GOVERNO	<input type="checkbox"/>	2 - ASSESSORIA JURIDICA	<input type="checkbox"/>	6 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	<input type="checkbox"/>	7 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/>	8 - SECRETARIA DE FAZENDA	<input type="checkbox"/>	9 - SECRETARIA DE SAÚDE	<input type="checkbox"/>	10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	<input type="checkbox"/>	11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS	<input type="checkbox"/>	12 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV. E DES. URBANO	<input type="checkbox"/>	13 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	<input type="checkbox"/>	14 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	<input type="checkbox"/>	15 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	<input type="checkbox"/>	16 - SECRETARIA DE POLÍTICA HABITACIONAL
<input type="checkbox"/>	1 - SECRETARIA DE GOVERNO																										
<input type="checkbox"/>	2 - ASSESSORIA JURIDICA																										
<input type="checkbox"/>	6 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO																										
<input type="checkbox"/>	7 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO																										
<input checked="" type="checkbox"/>	8 - SECRETARIA DE FAZENDA																										
<input type="checkbox"/>	9 - SECRETARIA DE SAÚDE																										
<input type="checkbox"/>	10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO																										
<input type="checkbox"/>	11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS																										
<input type="checkbox"/>	12 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV. E DES. URBANO																										
<input type="checkbox"/>	13 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL																										
<input type="checkbox"/>	14 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO																										
<input type="checkbox"/>	15 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA																										
<input type="checkbox"/>	16 - SECRETARIA DE POLÍTICA HABITACIONAL																										
<b>3. Equipe de Planejamento da Contratação:</b>	Patrícia Pedroso de Oliveira – Secretária de Planejamento Ocimara Da Silva Marquito - Secretária de Fazenda																										
<b>4. Objeto:</b>	Contratação de instituição financeira (banco) com agência ou posto de atendimento no município autorizada pelo banco central do brasil, para operar os serviços de processamento de créditos provenientes de impostos e taxas.																										
<b>5. Local</b>	Diversos FISCAL DO CONTRATO PORTARIA Nº2.114/2025																										

**II - Diagnóstico da Situação Atual:**

**1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):**

A Constituição Federal, em seus artigos 145 a 162, atribui aos municípios a gestão da administração tributária, incluindo a arrecadação de tributos essenciais como IPTU, ITBI e ISSQN. A eficiência na arrecadação é vital para a saúde financeira da administração pública, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população.

A complexidade da arrecadação, que exige tecnologia e segurança, demanda a expertise de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, com atuação nacional.

O principal fator que impulsionará o crescimento da arrecadação em 2025 é a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), base para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outros tributos imobiliários. A previsão de reajuste do IPTU para 2025 terá um impacto direto e significativo na arrecadação municipal, gerando um aumento considerável nas receitas provenientes deste imposto.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

A Lei Municipal nº 4.254/2022 autoriza a arrecadação eletrônica, incluindo o PIX, modernizando os meios de pagamento e facilitando a vida dos contribuintes. A inclusão do PIX alinha a prefeitura às tendências tecnológicas, oferecendo pagamentos rápidos e seguros.

A contratação de uma instituição financeira especializada é essencial para modernizar a gestão tributária do município, buscando tarifas competitivas e atualizando os meios de recebimento de tributos. A nova licitação garante a continuidade da arrecadação de tributos, em total conformidade com a legislação vigente.

**2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):**

☒ **Sim** – Especificar Ano: 2024

☐ **Não** – Justificar em item 2.1.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme edição nº 1025, ano: 2025, publicado nos dias 28 de março de 2025, diferenciando apenas o valor da contratação, de acordo com o detalhamento a seguir:

SECRETARIA	DEMANDA	PÁGINA DA EDIÇÃO
Fazenda	SF0096	Página 79 de 157

2.1. **JUSTIFICATIVA SE NEGATIVO:** Não se aplica

2.2. A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:

2.2.1. PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;

2.2.2. LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;

2.2.3. LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024;

**2.2. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:**

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
425 - 12.002.04.123.0416.2160.3.3.90.39. 00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	00000/00000.01.07. 00.00.1.500.0000

**2.3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:** Em conformidade com as normas constantes dos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a presente contratação enquadra-se em:

Criação ação de governo ☐ Sim ☒ Não

Expansão ação de governo ☐ Sim ☒ Não

Aperfeiçoamento ação de governo ☐ Sim ☒ Não

**3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº**



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**3.537/2023):**

**3.1. DO OBJETO:** Contratação de instituição financeira (banco) com agência ou posto de atendimento no município autorizada pelo banco central do Brasil, para operar os serviços de processamento de créditos provenientes de impostos e taxas.

**3.2. DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

**3.2.1** O presente objeto não foi adquirido nos últimos exercícios, não ☐ Sim ☒ Não constando em nossos arquivos licitação anterior.

**3.2.2.** O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo, sem nenhuma observação pontual sobre a execução do contrato, servindo o quantitativo e o valor da contratação de subsídio para o presente estudo. ☐ Sim ☒ Não

**3.2.3.** O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo na forma da justificativa abaixo, constando observações pontuais e recomendações como forma de subsídio para o presente estudo. ☒ Sim ☐ Não

**Justificativa do item 3.2.3:** Pregão 01/2023, constando observações pontuais e recomendações como forma de subsídio para o presente estudo: dificuldade parametrização dos dados entre banco e sistema municipal de tributação; Dispensa 13/2024 - Deserta

**3.3. NATUREZA DO SERVIÇO: Serviço de Terceiros:** A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, se enquadra como serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:** Todos os serviços devem estar em conformidade com os padrões e normas da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), garantindo a interoperabilidade e segurança dos sistemas.

**3.5. AMOSTRA:** Não se aplica, considerando que não está presente uma das condições do art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**3.6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Considerando a natureza da contratação e a predominância dos serviços oferecidos por meio de plataformas digitais, esta abordagem não gera impactos ambientais negativos, alinhando-se, assim, às normas de sustentabilidade vigentes. Em caso de surgimento de situações imprevistas, devem ser seguidas as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como no Decreto Municipal nº 3.537/2023, de 9 de maio de 2023.

**3.7. GARANTIA DA EXECUÇÃO:** Não será exigida garantia contratual para a execução dos serviços. No entanto, a ausência de garantia não exime a fornecedor de sua responsabilidade pela perfeita execução do contrato. O inadimplemento de qualquer obrigação contratual poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, incluindo a retenção de pagamentos.

**3.8. MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**3.8.1.** A CONTRATADA compromete-se a atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do registro oficial do chamado. O atendimento deverá abranger todos os esclarecimentos requisitados e a resolução célere de eventuais reclamações.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**3.8.2.** Para o registro de chamados de assistência e/ou suporte técnico, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, uma linha de atendimento telefônico. O suporte técnico deverá ser prestado em língua portuguesa, por equipe técnica especializada e certificada pela CONTRATADA.

**3.9. NECESSIDADE OU NÃO DE VISTORIA DOS LICITANTES AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO:** Não se aplica.

**3.10. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S:**

- ☐ Contratação com itens exclusivos para os beneficiados (art. 48, I da LC 123/06);
- ☐ Reserva em objeto divisível de cota de até 25% para os beneficiários (art. 48, III da LC 123/06);
- ☐ Prioridade de contratação para as privilegiadas sediadas locais ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (art. 48, § 3º, LC 123/06);
- ☐ Possibilidade de subcontratação das privilegiadas nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços (art. 48, I da LC 123/06).

**3.10.1. JUSTIFICATIVA:** Não se aplica considerando que a presente contratação será efetuada com lastro no inciso IX, do Artigo 75 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**3.11. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS:** Não se aplica considerando que a presente contratação será efetuada com lastro no inciso IX, do Artigo 75 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**3.12. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:** Não se aplica considerando que a presente contratação será efetuada com lastro no inciso IX, do Artigo 75 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**3.13. DA SUBCONTRATAÇÃO:** Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratado, em razão da essencialidade de ampliação dos serviços, frente a escassez de estabelecimentos bancários em perímetros não urbanos e cidades distantes dos centros urbanos, garantindo a prestação dos serviços por meio de correspondentes bancários autorizados a funcionar pelo BACEN, na forma da Resolução CMN Nº 4.935, de 29 de julho de 2021.

**3.14. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:**

**3.14.1.** Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: previsão para abril de 2025.

**3.14.2.** Estimada de disponibilização do bem/serviço: abril /2025.

**3.14.3.** Data início da execução: a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

**3.14.4.** Prazo de execução da contratação: é de 12 (doze) meses e vigência de 15 (quinze) meses na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, disponível em [https://www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico]. O contrato poderá ser prorrogado, nos termos dos artigos 405 e 406 do Decreto nº 3.537/2023, desde que sua prorrogação seja considerada vantajosa para a administração municipal.

**3.14.5.** Prazo de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias a mais do prazo previsto para a execução contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.14.6.** Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a manter seu cadas-



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

tro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

3.14.7. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.14.8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.14.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

**3.15. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS**

3.15.1. A CONTRATADA, em decorrência da execução do contrato, poderá ter acesso a dados, materiais, documentos e informações sigilosas. Nesses casos, a CONTRATADA compromete-se a manter absoluto sigilo sobre tais informações e a instruir seus colaboradores a fazerem o mesmo, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas internas da CONTRATANTE aplicáveis à proteção de dados.

3.15.2. Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais com acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade fornecidos pela CONTRATANTE.

3.15.3. As PARTES devem cumprir rigorosamente a LGPD, responsabilizando-se por qualquer violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que realizarem, seja diretamente ou por meio de terceiros.

3.15.4. Para os fins da LGPD, a CONTRATANTE atuará como Controladora dos dados pessoais, e a CONTRATADA atuará como Operadora, no tratamento de dados pessoais para a execução deste Contrato.

3.15.5. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as instruções e os limites estabelecidos pela CONTRATANTE para o tratamento de dados pessoais e informações sigilosas, bem como os requisitos e vedações estabelecidos pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação.

3.15.6. O tratamento de dados pessoais e informações sigilosas realizado pela CONTRATADA em nome da CONTRATANTE deverá observar finalidades legítimas, explícitas e específicas, estritamente relacionadas à execução do objeto contratado.

3.15.7. A CONTRATADA somente poderá compartilhar, conceder acesso ou realizar qualquer outro tratamento de dados pessoais e informações sigilosas para as finalidades estritamente necessárias à execução deste Contrato. Em caso de cumprimento de ordem judicial ou administrativa, a CONTRATANTE deverá ser informada sobre o compartilhamento dos dados pessoais em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem pela CONTRATADA.

3.15.8. A CONTRATADA é integralmente responsável por qualquer uso indevido de dados pessoais e informações sigilosas por seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço.

**3.17. MATRIZ DE RISCO:** Inclusa a presente.

**III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):**

**1. Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):**

As Leis Municipais nº 2.286/2001, 2.287/2001 (ambas de 17 de dezembro de 2001) e 2.390/2002 (de 26 de dezembro de 2002), juntamente com suas respectivas alterações, estabelecem os impostos e taxas municipais em Bandeirantes/PR. Entre os principais tributos, destacam-se:

- Impostos: IPTU, ITBI e ISSQN;
- Contribuições e taxas: Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (COSIP);





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

- Taxas pelo exercício do poder de polícia: taxa de localização, taxa de verificação de funcionamento regular, taxa de licença para execução de obra, taxa de vistoria de edificações, taxa de comércio em via pública, taxa de fiscalização de uso de bem público, taxa de licença para loteamentos e arruamento, taxa de vigilância sanitária, taxa de combate a incêndio;
- Taxas pela prestação de serviços públicos: taxa de coleta de lixo, taxa de expediente e taxa de serviços diversos.

Conforme levantamento do setor de tributação do município, atualmente possuímos os seguintes registros:

<b>IPTU</b>
- PARCELA ÚNICA
- 8 PARCELAS
TOTAL CADASTROS: 15.000
15.000 X 9 GUIAS CADA: <b>135.000</b>

<b>IMPOSTO SOBRE SERVIÇO (ISS) – FIXO</b>
- PARCELA ÚNICA
- 8 PARCELAS
TOTAL CADASTROS: 50
50 X 9 GUIAS CADA: <b>450</b>

<b>IMPOSTO SOBRE SERVIÇO (ISS) – LIVRO ELETRÔNICO</b>
12 PARCELAS ANUAIS
TOTAL CADASTROS: 250
250 X 12 GUIAS CADA: <b>3.000</b>

<b>ITBI</b>
- PARCELA ÚNICA
SEM PARCELAMENTO
TOTAL CADASTROS: <b>570</b>

<b>TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>
- PARCELA ÚNICA
- 2 PARCELAS
TOTAL CADASTROS: 2.000
2.000 X 3 GUIAS CADA: <b>6.000</b>

<b>TAXA DE LOCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO</b>
- PARCELA ÚNICA
- 8 PARCELAS
TOTAL CADASTROS: 4.000
4.000 X 9 GUIAS CADA: <b>36.000</b>

<b>REFIS 2025</b>
-------------------



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

- PARCELA ÚNICA
- 8 PARCELAS
TOTAL CADASTROS ATÉ 06/2025: 1.500
1.500 X 9 GUIAS CADA: <b>13.500</b>

<b>SERVIÇOS PÚBLICOS – DIVERSOS</b>
AFORAMENTO: 204
ALUGUEL RODOVIÁRIO: 60
IRPJ: 12
IRPJ S/ FOLHA: 19
ISS MÃO DE OBRA: 171
TAXA DE LICENÇA DE OBRA: 168
MULTA MEIO AMBIENTE: 3
RECEITAS DIVERSAS: 26
TAXA DE EXPEDIENTE – OBRAS: 168
TAXA VIGILÂNCIA PROJETOS: 13
TAXA DE EMBARQUE: 4
TAXA CEMITÉRIO: 57
TAXA DE EXPEDIENTE: 585
TOTAL CADASTROS: <b>1.490</b>

<b>TOTAL DE ITENS: 196.010</b>
--------------------------------

Com base nos dados de arrecadação mensal dos débitos do exercício, referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024, o número de documentos de arrecadação apresentou a seguinte evolução:

Exercício	Pagamentos anual (parcela única)	Pagamentos anual (demais parcelas)	Arrecadação Total
<b>2022</b>	7658	44021	51.679
<b>2023</b>	6499	46247	52.746
<b>2024</b>	13218	49233	62.451

Fonte: relação de arrecadação(ões) mensal(is) - débitos do exercício

A análise dos dados de arrecadação do município, referentes aos anos de 2022 a 2024, revela um crescimento consistente, com um aumento significativo de aproximadamente 18,39% entre 2023 e 2024. Este desempenho positivo indica uma tendência de alta na arrecadação, que deve se intensificar em 2025.

O principal fator que impulsionará o crescimento da arrecadação em 2025 é a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), base para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outros tributos imobiliários. A previsão de reajuste do IPTU para 2025 terá um impacto direto e significativo na arrecadação municipal, gerando um aumento considerável nas receitas provenientes deste imposto, como abaixo se demonstra:



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

Parâmetros para Simulação da Planta Genérica de Valores (PGV)

**Simulador** | Simulações Salvas

Aliquota Simulação: Territorial  % ☒ Predial  % ☒

**Percentual do Valor Venal Atribuído**

Atual: 50% Simulação:  % ☒ Limita Aumento em: 0%  % ☒

**Dedução do Imposto Predial Urbano**

Atual: R\$ 0,00 Simulação: R\$  ☒

**Definir Padrão Construtivo a Ser Utilizado**

Editar Valor de m² das Construções: ☐ Padrão Construtivo ☒ (CUB)

**Custo Unitário Básico de Construção - (CUB)**

CUB/m² Atual: R\$ 1.300,00 CUB/m² Simulação: R\$  ☐ MIN ☐ MED ☒ MAX

**Valor Total do IPTU**

Valor Atual: R\$ 2.980.000,00 Valor Simulado: **R\$ 3.581.465,92**

Com base nos dados analisados, é possível projetar cenários para a arrecadação em 2025:

**Cenário Conservador:** Mantendo o ritmo de crescimento de 2024 (18,39%), a arrecadação para 2025 seria de aproximadamente 74.009 documentos de cobrança bancárias.

**Cenário Otimista:** Considerando o impacto do reajuste do IPTU, um crescimento de 25% resultaria em uma arrecadação de aproximadamente **78.064** documentos de cobrança bancárias.

O reajuste do IPTU para 2025 terá um impacto direto e significativo na arrecadação municipal, com a expectativa de um aumento no número de contribuintes optando pelo parcelamento, diluindo o impacto financeiro ao longo do ano. Embora as projeções indiquem uma arrecadação total entre 74.009 e 78.064 documentos de cobrança bancárias, valores que podem variar devido a fatores econômicos e conjunturais, a administração municipal optará pelo cenário otimista para a presente contratação.

A escolha do cenário otimista se justifica pela necessidade de maximizar a eficiência e os resultados financeiros da administração pública. A previsão de um aumento significativo na arrecadação, impulsionada pelo reajuste do IPTU, indica um potencial de maior volume de transações bancárias. Ao adotar o cenário otimista, o município garante que os serviços de arrecadação bancária contratados estejam dimensionados para lidar com esse aumento, evitando gargalos e otimizando a gestão financeira.

Além disso, a adoção do cenário otimista permite um planejamento mais preciso de investimentos e a modernização da gestão financeira municipal, com a adoção de tecnologias que facilitem a vida do contribuinte e aumentem a eficiência da arrecadação.

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), em seu artigo 18, exige que a fase preparatória das contratações públicas inclua análises técnicas, mercadológicas e de gestão para garantir a viabilidade e eficiência dos serviços contratados. Em conformidade com essa legislação, levantamentos de mercado indicam que a terceirização da arrecadação tributária por meio da contratação de instituições financeiras é uma prática consolidada na administração pública. Essa estratégia moderniza e otimiza a gestão municipal, garantindo a segurança dos recursos públicos e oferecendo um serviço mais eficiente e transparente aos cidadãos.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

O próprio município de Bandeirantes já realizou procedimentos similares, como o Pregão 01/2023 (Contrato 55/2023) e a Dispensa 13/2024 (que restou deserta). Consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) comprovam a adoção desse modelo em outros municípios.

Entre 2023 e 2024, observou-se um aumento na arrecadação municipal, e para 2025 está previsto um reajuste no IPTU, indicando um cenário de crescimento robusto. No entanto, o município, sem rede própria de arrecadação, depende de instituições financeiras para a cobrança de tributos municipais essenciais (ISSQN, IPTU, ITBI e taxas) e outras receitas. Para viabilizar essa arrecadação, a utilização de boletos bancários e guias de compensação registradas, seguindo o padrão FEBRABAN, é fundamental.

A emissão contínua de faturas e guias de arrecadação exige uma estrutura robusta e confiável, capaz de atender às demandas com agilidade e precisão. Dessa forma, a parceria com instituições financeiras é crucial para garantir a continuidade da arrecadação e facilitar o processo para os contribuintes.

Compreendendo a necessidade de modernização e acessibilidade nos pagamentos tributários municipais, a Lei Municipal nº 4.254/2022 estabeleceu o direito do contribuinte a opções de pagamento digital, como o PIX, para quitar débitos de natureza tributária, taxas e contribuições.

A legalidade desse modelo de arrecadação é amplamente respaldada por normativas e jurisprudência consolidada, tais como: Acórdãos 2053/19 e 1196/19 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Lei Complementar nº 161/2018; Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.659/2018, 5.051/2022, 5.003/2022 e 5.005/2022. Logo, nada impede a terceirização da cobrança da arrecadação.

Superada a fase de esclarecimentos sobre a necessidade da terceirização, é crucial direcionar a discussão para os parâmetros que nortearão a escolha da modalidade de contratação. Nesse contexto, o quantitativo estimado de arrecadação desempenhará um papel determinante na definição do modelo de remuneração e seleção da instituição financeira, bem como dos meios tecnológicos disponibilizados ao contribuinte para facilitar o pagamento dos tributos.

Ao analisar práticas em outros municípios através do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificamos dois modelos de remuneração para as instituições financeiras:

**1. Tarifa Única Independente do Canal de Atendimento:** A instituição financeira recebe uma tarifa fixa por cada transação, independentemente do canal utilizado pelo contribuinte (internet banking, agências, casas lotéricas, etc.). Essa abordagem simplifica a gestão financeira e oferece maior previsibilidade de custos para o município.

**2. Remuneração por Canal de Atendimento:** A tarifa varia de acordo com o canal utilizado, refletindo os custos operacionais específicos de cada um. Essa modalidade pode ser mais complexa, mas permite uma maior precisão na alocação de custos.

<b>Id contratação PNCP:</b>	<b>Órgão:</b>	<b>Parâmetro de remuneração</b>	<b>Editais</b>
76105535000199-1-000451/2024	Município de Araucária/PR	Remuneração por Canal de Atendimento	Chamamento Público nº PRI 192/2024
75449579000173-1-000072/2024	Município de Ribeirão Claro	Remuneração por Canal de Atendimento	Credenciamento Edital nº 7/2024
87612818000143-1-000102/2025	Município de Santo Cristo/RS	TARIFA ÚNICA independente do Canal de Atendimento	Pregão nº 23/2025
76995414000160-1-	Município De Chopinzinho	Remuneração por Canal de	Pregão eletrônico - Edital



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

000034/2025	Atendimento	nº 90013/2025
-------------	-------------	---------------

A remuneração TARIFA ÚNICA INDEPENDENTE DO CANAL DE ATENDIMENTO permite uma distribuição mais precisa e equilibrada dos custos envolvidos.

No tocante a escolha do critério de seleção dos prestadores de serviço deve considerar a natureza da atividade a ser contratada. No caso da arrecadação tributária, os serviços bancários se enquadram na categoria de serviços comuns, conforme o artigo 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, devido à sua padronização, previsibilidade e ampla concorrência no mercado.

Considerando que o próprio município de Bandeirantes já realizou procedimentos similares, como o Pregão 01/2023 (Contrato 55/2023) e a Dispensa 13/2024 (que restou deserta), não a óbice da adoção da dispensa de licitação com lastro no art. 75, inciso IX, da Lei 14.133/2021 c/c art. 148 e seguintes do Decreto nº 3.537/2023.

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

(...)

**IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;**

No município, existem duas instituições financeiras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que atendem aos requisitos da Lei 14.133/2021 para serem consideradas como órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública. Essas instituições se enquadram na definição do artigo 6º, inciso III, da referida lei, que abrange a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e fundações instituídas ou mantidas por ele.

Além disso, as instituições financeiras mencionadas foram criadas para esse fim específico, em data anterior à vigência da Lei 14.133/2021. As pesquisas realizadas confirmam que o preço único das tarifas praticadas por essas instituições é compatível com o mercado.

Dessa forma, a adoção da dispensa se revela a melhor estratégia para modernizar a arrecadação tributária, garantindo ampla concorrência entre as instituições financeiras, maior eficiência na prestação do serviço e melhores condições para a população.

**2. Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):**

2.1. Estimativa de quantidade de títulos a serem emitidos e entregues pela contratante

2.2. O Município deverá remunerar a instituição contratada Tarifa Única Independente do Canal de Atendimento.

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	TARIFA (R\$)
1	<b>LIQUIDAÇÃO* – Qualquer Canal</b>	R\$1,50
2	Tarifa de registro/emissão	R\$0,50
3	Baixa manual/automática	<b>ISENTO</b>
4	Manutenção Títulos Vencidos	



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

5	Comandos Diversos	
<b>QTD X VALOR UNITÁRIO =</b> <b>78.064 x R\$1,50 + 78.064x R\$0,10 = R\$117.096,00+R\$7.806,40=124 000,00</b>		

**2.2.1. Parâmetros utilizados (documentos em anexo):**

- ☒ Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- ☒ Painel de Preços do Governo Federal;
- ☐ Banco de Preços em Saúde;
- ☒ Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro de preços;
- ☐ Dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal; (Ex. Tabela Fipe, CMED, tabelas oficiais.)
- ☐ Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- ☒ Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail;
- ☐ Pesquisa através de notas fiscais eletrônicas emitidas em características similares;
- ☐ Outros:

**3. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):**

Após uma análise detalhada do mercado, a Secretaria de Fazenda do Município de Bandeirantes-PR decidiu terceirizar a gestão da cobrança de tributos municipais e outras receitas. Essa iniciativa busca modernizar e otimizar os serviços, permitindo que os contribuintes efetuem pagamentos por meio de fichas de compensação, tanto as emitidas pelo município quanto pela instituição contratada, em qualquer agência bancária ou canal de recebimento do Sistema Bancário Nacional. A arrecadação será centralizada e a remuneração da instituição financeira se dará por meio de tarifas de preço único.

A contratação, realizada com base no artigo 75, inciso IX, da Lei 14.133/2021, visa selecionar uma instituição financeira com expertise em serviços financeiros e aderência ao padrão FEBRABAN para arrecadação de tributos municipais.

A solução escolhida tem como objetivo principal aprimorar a experiência do contribuinte, proporcionando maior comodidade e eficiência no processo de arrecadação de tributos municipais.

A terceirização da arrecadação tributária representa um passo importante para a modernização da gestão pública em Bandeirantes-PR, com o objetivo de promover a eficiência na arrecadação de tributos municipais e aprimorar os serviços oferecidos aos cidadãos.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**3.1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:**

- ☐ A Solicitação de Demanda não indicou e esta equipe não localizou nos estudos, nenhum normativo específico referente ao objeto estudado.
- ☒ Foram localizados normativos acerca do objeto estudado, e estes estão sendo considerados no presente estudo:
- 3.4.1. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.
  - 3.4.2. Decreto Municipal nº 3.537/2023.
  - 3.4.3. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.
  - 3.4.4. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.
  - 3.4.5. Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
  - 3.4.6. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
  - 3.4.7. PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;
  - 3.4.8. LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;
  - 3.4.9. LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024;
  - 3.4.10. Lei Municipal nº 4.254/2022
  - 3.4.11. Normativos Bacen e Conselho Monetário

**IV - Detalhamento da Solução Escolhida**

**1. Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº3.537/2023):**

**MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

- 1.1. A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do Art.75, IX da Lei 14.133/2021 e pelo disposto no Termo de Referência e no Edital e Anexos a ele vinculado.
- 1.2. A Instituição Bancária manterá o valor apresentado para execução pelo prazo inicial de 12 (doze) meses e vigência de 13 (treze) meses e terá que possuir interoperabilidade com o sistema informatizado utilizado pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes, tendo como requisitos essenciais:
- I - A centralização das receitas arrecadadas;
  - II - A remuneração por tarifas de valor único.

**FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 1.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo adoção da dispensa de licitação com lastro no art. 75, inciso IX, da Lei 14.133/2021 c/c art. 148 e seguintes do Decreto nº 3.537/2023.

**DOS PREÇOS E DO QUANTITATIVO**

- 1.4. Os preços são os descritos em item III - Prospecção de Soluções, subitem 2.1. da Estimativa do valor da contratação.
- 1.5. A quantidade arrecadação para o ano de 2025 será o recolhimento aproximado de 78.064 documento de cobrança bancária.
- 1.6. O valor global é estimativo, não cabendo a contratada qualquer direito caso o valor máximo não seja atingido durante a vigência do contrato.

**DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 1.7. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento do relatório contendo a relação dos serviços prestados no mês anterior, juntamente com a emissão da nota fiscal ou documento equivalente.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1.8. A instituição bancária contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:

I - Centralizar a arrecadação dos títulos emitidos em favor do Município de Bandeirantes, provenientes de diversos bancos, correspondentes bancários e canais do Sistema Bancário Nacional.

II – Manter agência própria instalada na cidade de Município de Bandeirantes, dispondo de estrutura de atendimento compatível com o objeto contratado e fluxo estimado de títulos recebíveis, dotada de no mínimo 5 (cinco) Caixas Eletrônicas de Autoatendimento;

III – Conduzir os trabalhos contratados de acordo com as normas de compensação entre as instituições financeiras e padrões definidos pela FEBRABAN e BACEN, com estrita observância da legislação em vigor;

IV – Cumprir rotina de registro de títulos emitidos em intervalos de curta duração, possibilitando o imediato pagamento dos títulos em qualquer dos canais de recebimento;

V - Autenticar os títulos recebidos em todas as suas vias ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.

VI - Manter sigilo absoluto sobre as informações recebidas do Município de Bandeirantes, utilizando-as exclusivamente para o cumprimento do contrato.

VII - Compartilhar cadastros e informações necessárias ao Município, por meio de listagens ou arquivos eletrônicos, respeitando o sigilo bancário e a relação com a cobrança contratada.

VIII - Baixar automaticamente os títulos não liquidados da carteira de cobrança no dia seguinte ao vencimento. Para pagamento após essa data, orientar o contribuinte a obter um título atualizado na Prefeitura ou site do Município.

IX - A Instituição Bancária se responsabilizará pela autenticidade das informações processadas a partir dos títulos recebidos em favor do Contratante;

X - Depositar os recursos arrecadados, conforme determinado pelo Município.

XI - Transmitir por meio eletrônico os ARQUIVOS DE RETORNO, no formato e prazos estabelecidos pelo Contratante, detalhando os valores das tarifas contratadas;

XII - Separar com exatidão as quantidades de títulos e os valores recebidos individualizando os diferentes bancos, correspondentes bancários e canais integrantes do sistema bancário nacional;

XIII - Manter, durante à execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

XIV – Realizar relatório dos serviços prestados mensalmente.

**ATENDIMENTO A CONTRATANTE:**

1.9. A CONTRATADA deverá atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem requisitados e atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

1.8. A CONTRATADA deverá designar, por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, prepostos que tenham poderes para resolver possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

**PROPOSTAS DE ALTERNATIVAS TÉCNICAS:**

1.10. A CONTRATADA deverá propor alternativas técnicas para a solução de problemas que surgirem durante a execução dos serviços, considerando aspectos técnicos e econômicos para minimizar incertezas.

**CONDUTAS PROIBIDAS À CONTRATADA:**

1.11. A contratada está expressamente proibida de:





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

- I - Utilizar, revelar ou divulgar, total ou parcialmente, informações ou documentos relacionados aos serviços prestados ao Município, mesmo para uso interno.
- II - Cancelar ou debitar valores sem a autorização prévia e expressa do Município.
- III - Alterar quaisquer condições contratuais sem a deliberação e anuência prévia e expressa do Município.
- IV - Cobrar taxas ou tarifas de transferência sobre as movimentações da conta corrente centralizadora da arrecadação do Município, utilizada para os serviços contratados.
- V - Ceder ou comercializar os dados pessoais dos contribuintes.

**NÃO SERÁ CONSIDERADA COMO REPASSADA A ARRECADAÇÃO:**

1.12. A arrecadação não será considerada como repassada nas seguintes situações:

- I - Enquanto os arquivos das transações remetidos pela Instituição Bancária não forem recebidos pelo Município;
- II - Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, enquanto perdurar a irregularidade.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

1.13. A contratante se compromete a:

- I - Fornecer todas as informações e especificações necessários a completa e correta execução dos serviços;
- II - Emitir e reemitir títulos de cobranças recebíveis em qualquer banco, correspondente bancário ou canal integrante do sistema bancário nacional;
- III - Fornecer quando solicitado pela Instituição bancária contratada outros dados e informações que se fizerem necessários a execução dos serviços;
- IV - Comunicar imediatamente à instituição bancária contratada quaisquer alterações de valor, vencimento ou outros elementos de identificação dos títulos de cobrança emitidos, bem como situações de recusa, baixa ou suspensão da cobrança decorrentes de recursos administrativos, decisões judiciais e outras situações extraordinárias.
- V - Repassar as informações necessárias à caracterização, legitimidade, exatidão dos dados, individualização das dívidas e demais dados identificadores da cobrança bancária, digitalizados no ARQUIVO DAS TRANSAÇÕES ou ARQUIVO DE RETORNO;
- VI - Arcar com a responsabilidade pelas declarações, cálculos, valores, multas e outros elementos consignados nas FICHAS DE COMPENSAÇÃO emitidas a seu favor.

**UTILIZAÇÃO DAS MODALIDADES DE COBRANÇA:**

1.14. A utilização das modalidades de cobrança pelo Município obedecerá aos seguintes termos:

- I - Serão devidamente identificadas no sistema da Instituição Bancária, no ARQUIVO DAS TRANSAÇÕES ou ARQUIVO DE RETORNO pelo Número do Contrato, Carteira, Agência, Conta Corrente e Titularidade;
- II - A estrutura do ARQUIVO DAS TRANSAÇÕES ou ARQUIVO DE RETORNO deverá contar com rateio de RECEITAS e SUBRECEITAS em perfeita sincronia com o software utilizado pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes e que permita verificação de eventuais inconsistências;
- III - A troca de informações entre a instituição e o Município ou o terceiro se dará por transmissão eletrônica de dados;
- IV - A CONTRATADA transferirá os recursos oriundos da arrecadação em "D+2", a crédito na conta corrente da CONTRATANTE, que deverá ser indicada pelo favorecido;
- V - Os valores dos títulos em cobrança serão expressos em R\$ (reais).

**RECEBIMENTO DE TÍTULOS:**

1.15. As seguintes condições se aplicam ao recebimento de títulos:

- I - A instituição contratada é responsável por quaisquer diferenças na cobrança de títulos por valor inferior, quando o recebimento for realizado em seus guichês de caixa.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

II - A ausência de oposição ao pagamento implica a aceitação do Município, que acionará o devedor diretamente, sem possibilidade de devolução do crédito.

III - Caso o vencimento do título ocorra em sábados, domingos ou feriados, o recebimento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

**DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR ÚNICO DAS TARIFAS E REGISTROS**

1.16. O valor único das tarifas será atualizado anualmente como base na variação do INPC – IBGE.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

1.17. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada a contratação de cônjuge, companheiro (a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no quadro de pessoal da CONTRATANTE para prestar serviços na CONTRATADA.

1.18. A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança técnica e administrativa para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados dos beneficiários, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

1.19. A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto às atividades a serem desempenhadas, alertando-os para que não realizem funções não previstas no contrato e para que respeitem as Normas Internas da Administração.

1.20. A CONTRATADA deverá empregar profissionais qualificados e devidamente capacitados para a execução dos serviços.

1.21. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, garantindo o cumprimento das normas de segurança vigentes.

1.22. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com a legislação pertinente e com as determinações dos órgãos públicos competentes.

1.23. Qualquer alteração no método de execução dos serviços que não esteja em conformidade com o Termo de Referência deverá ser previamente submetida, por escrito, à CONTRATANTE para análise e aprovação.

1.24. A CONTRATADA será responsável pela gestão integral dos recursos necessários à execução dos serviços, incluindo pessoal, equipamentos e materiais, assegurando a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

1.25. A CONTRATADA será inteiramente responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais decorrentes da execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a:

- a. Pagamento pontual de salários, férias, 13º salário, FGTS e demais verbas trabalhistas;
- b. Contribuições previdenciárias, fiscais e trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento;
- c. Registro dos empregados conforme a CLT e demais legislações vigentes;
- d. Cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, inclusive em áreas sob a responsabilidade do Município de Bandeirantes.

1.26. A CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Bandeirantes em relação aos encargos mencionados no item ante-



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

rior. A inadimplência da CONTRATADA quanto a esses encargos não transferirá a responsabilidade de pagamento ao Município de Bandeirantes nem poderá onerar o objeto da presente contratação. Em caso de inadimplência, o Município poderá aplicar as penalidades previstas no contrato, sem prejuízo do direito de buscar a execução dos valores devidos em juízo.

1.27. A CONTRATADA será exclusiva e integralmente responsável por todas as demandas trabalhistas, civis ou penais que possam surgir, sejam elas originárias ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência.

1.28. A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou a bens públicos e privados em decorrência da execução dos serviços ou de qualquer fato a ela imputável. Esses danos incluem, mas não se limitam a: danos materiais, morais, lucros cessantes e prejuízos decorrentes de vícios ou defeitos nos serviços prestados, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2020.

1.29. Caso a CONTRATANTE sofra qualquer dano em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, poderá, após prévia notificação e direito à defesa, deduzir o valor correspondente dos pagamentos devidos à CONTRATADA. A comprovação do dano e do nexo causal será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE.

**OBSERVAÇÕES GERAIS A SEREM SEGUIDAS FACULTATIVO**

A habilitação jurídica, regularidade fiscal, multas, penalidades, impugnações e pedidos de esclarecimentos, assuntos típicos dos procedimentos licitatórios serão analisados oportunamente e constam do Termo de Referência.

**MODELO DE GESTÃO**

O modelo de gestão deverá ser fixado em Termo de Referência, restando nesta oportunidade indicado o fiscal e gestor do contrato como sendo os constantes da Portaria nº2.114/2025:

A fiscalização do contrato deverá ser realizada pela Sr(a):

SECRETARIA MUNICIPAL	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR
FAZENDA	1101	JAQUELINE JISLAINE BARBOSA

A gestão do contrato deverá ser realizada pela Sr(a):

SECRETARIA MUNICIPAL	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR
FAZENDA	5027	OCIMARA DA SILVA MARQUITO

**2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15,§1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):**

☐ A contratação do objeto estudado se dará de forma dividida em vários itens/lotes ou global por lotes, por se mostrar tecnicamente e economicamente viável, além de permitir um número maior de interessados na participação da disputa, aumentando a competitividade e a viabilização de melhores propostas.

☒ A contratação do objeto não será parcelada por item, considerando prejuízos para o município em relação ao conjunto e a perda de economia de escala, além do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e facilitação do plano de fiscalização.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):**

Não foram verificados contratos que tenham relação com o presente, uma vez que a prerrogativa de contratar serviço de arrecadação de tributos pela rede bancária é exclusiva da Secretaria Municipal de Fazenda, e constitui-se serviço que abrange todos os órgãos da Administração Municipal. Neste sentido, é possível inferir que, não havendo arrecadação, não há como executar quaisquer outros contratos, inviabilizando a prestação dos serviços públicos locais.

**4. Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):**

Espera-se que a contratação garanta a continuidade da prestação de serviços, integrando as mais modernas soluções tecnológicas disponíveis no mercado. Essa abordagem resultará em uma gestão aprimorada de arrecadação de tributos.

**5. Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):**

- 5.1. Realização de certificação de disponibilidade orçamentário.
- 5.2. Providenciar a publicação do ato da designação do fiscal e gestor do contrato.
- 5.3. Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços.
- 5.4. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados.
- 5.5. A administração deverá providenciar capacitação para os fiscais e gestor de contrato, para a plena execução da função.
- 5.6. Publicação e divulgação do edital e anexos.
- 5.7. Elaboração de contrato.
- 5.8. Acompanhamento da execução do contrato, através de fiscal de contrato (técnico e administrativo);
- 5.9. Receber o objeto da contratação.
- 5.10. Deverá ser realizado o monitoramento contínuo da prestação de serviços pela empresa fornecedor, garantindo que os requisitos e padrões de qualidade sejam atendidos, além da avaliação periódica da satisfação dos servidores com o serviço contratado.

**6. Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):**

- ☐ A presente contratação não representa riscos de impactos ambientais
- ☒ Para a presente contratação, verifica-se o impacto ambiental abaixo relatado, sendo sugeridas as ações destacadas a seguir com intuito de combater/minimizar os efeitos causados: **Não se aplica.**

**V – Posicionamento Conclusivo:**

Este Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 3.537/2023, de 9 de maio de 2023, analisa as necessidades da área requisitante e os aspectos normativos pertinentes. A dispensa de licitação está amparada no inciso IX do Artigo 75 da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

O serviço será viabilizado pela prestação de serviços de cobrança de tributos municipais e demais receitas do Município de Bandeirantes, por meio de FICHAS DE COMPENSAÇÃO emitidas.



*ESTADO DO PARANÁ*  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES*

das pelo Município e pela Instituição Contratada, pagáveis em qualquer agência bancária ou canal do Sistema Bancário Nacional, com centralização da arrecadação e remuneração por tarifas de preço único.

O serviço deverá atender às localidades com servidores vinculados ao Município, pelo período de 12 (doze) meses.

Considerando os benefícios potenciais em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, recomenda-se o prosseguimento do processo, sem impedimentos à continuidade da aquisição/contratação no formato indicado.

Bandeirantes (PR), 07 de abril de 2025.

---

**OCIMARA DA SILVA MARQUITO**  
Secretária de Fazenda

---

**PATRÍCIA DE OLIVEIRA PEDROSO**  
Secretário de Governo